CANA-DE-AÇÚCAR

Grande oferta interna *versus* dificuldades no mercado internacional

MERCADO INTERNO

A atual safra brasileira de cana-de-açúcar foi prejudicada por condições climáticas bastante adversas, quer na região Centro-Sul, com a incidência de fortes geadas, quer na região Nordeste, devido à seca. Ainda assim, a produção autorizada de açúcar e álcool deve ser alcançada, na maioria dos estados produtores.

O Quadro 1, que confronta a safra 1981/82 com a anterior, mostra uma provável superação da produção de açúcar e álcool nesta safra, tendo em vista que a região Nordeste ainda não encerrou o corte.

Na região Centro-Sul, a necessidade de apressamento do corte e da moagem da cana, atingida pelas geadas de julho, provocou o encerramento antecipado da maior parte da safra. No estado de São Paulo, principal produtor desta região, a quantidade de cana moída foi de 77 milhões de toneladas, tendo a produção de açúcar atingido 78,3 milhões de sacos de 50 kg, superando o total autorizado, de 76,9 milhões. Quanto à produção de álcool, atingiu 2,83 bilhões de litros, contra um volume autorizado de 2,87 bilhões. Estima-se um ligeiro acréscimo da área de plantio, em conseqüência da ocupação de terras menos férteis, anteriormente utilizadas como pastagens, na zona Noroeste do estado, com a implantação de novas destilarias.

O clima que se seguiu às geadas de julho, na região, foi propício para a superação das dificuldades provenientes da intempérie. De fato, o período seco possibilitou um corte rápido, com um maior aproveitamento dos canaviais. Na próxima safra, porém, poderá haver problemas ocasionados pela destruição de parte considerável das mudas de cana de "ano e meio", pelas geadas. Já com o plantio de cana de "um ano" é possível que ocorra um decréscimo na produtividade agrícola, pois esta variedade apresenta, usualmente, menores rendimentos.

Merecem ainda destaque, nesta safra, as experiências realizadas com a prática de consorciamento ou rotação da cana-de-açúcar com culturas de grãos. Em face da obrigatoriedade de ocupação de 5% da área de plantio com grãos, para a obtenção de financiamento, esta prática alcançou uma maior generalização no estado de São Paulo, especialmente com o plantio de feijão e amendoim.

Não foi a safra paulista, porém, a mais afetada pelo clima. Com efeito, os maiores prejuízos provocados pelas geadas verificaram-se no Paraná, cuja moagem alcançou 4,67 milhões de toneladas de cana, ou seja, 10% abaixo de sua capacidade real de produção. Embora alcançando praticamente a meta de produção de álcool prevista, a produção paranaense de açúcar totalizou apenas 73% do volume autorizado, com uma queda de 13% sobre o volume produzido no período anterior. Na próxima safra, o estado deverá sofrer os mesmos problemas já apontados para São Paulo, em decorrência da destruição de mudas pelas geadas.

A safra fluminense, por seu turno, ainda que não tenha sofrido os rigores do inverno, defrontou-se com as mesmas dificuldades experimentadas nos últimos anos, ou seja, a insuficiência de matéria-prima, face à capacidade industrial instalada. Ainda assim, as condições climáticas mostraram-se mais favoráveis, com uma melhor distribuição de chuvas do que a verificada na safra anterior. O estado conseguiu cumprir suas metas de produção de açúcar e de álcool, mas persistiu a difícil situação financeira do setor agroindustrial. A incapacidade de pagamento das dívidas contraídas pelas usinas levou o governo a captar recursos no exterior, para o seu reescalonamento.

No Nordeste, verificaram-se problemas semelhantes ao do Rio de Janeiro, devendo a região antecipar o encerramento da safra para o mês de março, em virtude da escassez de matéria-prima. Com o problema de estiagem sofrido pela cultura na atual safra, a produção agrícola ficou

QUADRO 1

BRASIL – Produção de Açúcar Centrifugado e Álcool – Safras 1980/81 e 1981/82
(Posição em 15/02/1982) – Sacas de 50 kg e m³

Estados e Regiões	Açúcar (sc. 50 kg) 1980/81	1981/82	Δ %	Álcool (m³) 1980/81	1981/82	Δ %
Amazonas	–	–	–	250	730	192
Pará	165.380	133.700	-19	2.796	1.676	-40
Maranhão	353.360	347.021	-2	3.706	8.103	119
Piauí	58.981	27.427	-53	198	2.523	1.174
Ceará	719.340	589.800	-18	2.147	9.578	346
R. G. Norte	1.652.459	1.328.180	-20	37.515	39.226	5
Paraíba	2.452.383	2.396.697	-2	67.389	73.883	10
Pernambuco	22.493.704	22.364.073	-1	152.620	208.399	37
Alagoas	20.106.016	20.474.012	2	237.208	325.636	37
Sergipe	1.945.637	1.851.573	-5	3.929	4.802	22
Bahia	781.549	931.615	19	502	4.337	764
NORTE-NORDESTE	50.728.809	50.444.098	-1	508.260	678.893	34
Minas Gerais	9.640.351	8.907.207	-8	104.717	133.451	27
Espírito Santo	917.377	863.352	-6	17.677	15.767	-11
Rio de Janeiro	8.665.230	9.452.389	9	129.842	153.897	19
São Paulo	76.846.951	78.303.360	2	2.607.895	2.833.741	9
Paraná	4.200.592	3.653.383	-13	141.332	195.603	38
Santa Catarina	669.964	840.376	25	4.206	8.880	111
R. G. Sul	209.640	160.313	-24	875	1.833	109
Mato Grosso	398.550	428.370	7	9.860	9.235	-6
M. G. Sul	–	–	–	27.800	42.111	51
Goiás	429.739	311.960	-23	9.407	17.970	91
CENTRO-SUL	101.978.394	102.920.710	1	3.053.611	3.412.488	12
BRASIL	152.707.203	153.364.808	–	3.561.871	4.091.381	15

aquém do esperado, agravando, em alguns estados, a já elevada ociosidade industrial.

A produção autorizada de açúcar e álcool será cumprida na maior parte dos estados nordestinos. Ressalte-se, porém que a produção esperada era sensivelmente superior à autorizada.

A Zona da Mata, no estado de Pernambuco, foi duramente castigada pela seca que ocorreu no ano passado. Na Zona da Mata Norte, o corte foi encerrado em fevereiro, enquanto na região Sul do estado, a atividade deve estender-se até o final de março. Com uma produção de cana-de-açúcar de 16,7 milhões de toneladas, 7% inferior ao produzido na safra anterior, o cumprimento das metas de produção de açúcar e álcool somente será possível, em virtude dos ganhos obtidos no rendimento industrial. Isto porque a escassez de chuvas, registrada no decorrer da safra, ao mesmo tempo que prejudicou o desenvolvimento da cultura, com conseqüentes perdas na produtividade agrícola, favoreceu uma maior maturação da cana e um aumento de seu teor de sacarose elevando, por conseguinte, a produtividade industrial. Na posição de 15 de janeiro último, o rendimento industrial do açúcar no estado indicava uma média de 89,4 quilos por tonelada de cana. O índice seria ainda mais elevado, caso não houvessem ocorrido chuvas a partir de dezembro, que dificultaram o transporte da matéria-prima para as usinas.

Em Alagoas, o rigor do clima também provocou prejuízos à lavoura canavieira. Neste estado, a safra passou por dois períodos climáticos distintos. Em um primeiro momento, de setembro a dezembro, a cultura sofreu os efeitos de severa estiagem, o que prejudicou o crescimento dos canaviais. Em um segundo, a partir de dezembro, ocorreram chuvas excessivas, prejudicando uma maior maturação da cana. Diante disto, é provável que a maior parte das usinas encerre suas atividades até o final da primeira quinzena de março, por falta de matéria-prima. A produção autorizada de açúcar e álcool deverá ser atingida, muito embora isto só ocorra devido à expansão da área, sobretudo no sul do estado, com a implantação de três novas destilarias autônomas. O rendimento agrícola deverá sofrer um decréscimo, ficando em torno de 55 toneladas por hectare, ao mesmo tempo que se espera um rendimento industrial de 83 kg/t.

De uma maneira geral, o setor agroindustrial canavieiro se ressentiu da acentuada elevação de alguns itens do custo de seus produtos. Registrou-se especial inquietação diante dos custos de determinados insumos, bem como dos custos financeiros, em razão das modificações nas formas de financiamento. É o caso, por exemplo, do crédito para a aquisição de fertilizantes, que passou a sofrer a incidência de juros de 35% e restringiu-se a 60% do seu valor de aquisição.

ÁLCOOL

As normas estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) no final do ano passado, caracterizam uma nova linha de intervenção governamental na aprovação de projetos do Programa Nacional do Álcool. As novas regras de financiamento assumem um caráter mais seletivo quanto às propostas a serem apresentadas, o que restringirá, daqui para a frente, a expansão da capacidade de produção de álcool. Um maior volume de recursos próprios, o deslocamento dos projetos para áreas não-tradicionais de produção da cana-de-açúcar, a obtenção de rendimentos – agrícolas e industriais – não inferiores à uma média préfixada, são alguns dos requisitos necessários para a concessão de crédito àqueles que desejarem apresentar novos projetos.

Por outro lado, a aprovação de Cr$ 152,9 bilhões pelo Conselho Monetário Nacional para os investimentos do programa representou um incremento de apenas 37% sobre a dotação orçamentária do ano anterior. Estas medidas são justificadas pelo fato do Programa já dispor de uma capacidade nominal de produção acima de 9 bilhões de litros.

Ainda que existam diversas dúvidas quanto à possibilidade de o país produzir 10,7 bilhões de litros em 1985, como constava da meta inicial do programa, essas não parecem ser o problema principal do Proálcool. Na realidade, as maiores procupações voltam-se hoje para as dificuldades de resposta do mercado consumidor, em relação ao volume ofertado do produto.

O Gráfico 1 indica as variações no consumo e nos estoques do produto, no último ano. Observa-se que a curva de estoques sofreu forte elevação, a partir do mês de junho, quando a produção de álcool intensificou-se. Concomitantemente, não se verificou um crescimento correspondente do consumo.

No mês de dezembro, quando a safra do Centro-Sul estava no encerramento e a safra do Nordeste atingia seu pico, o nível dos estoques de álcool chegou a 1,9 bilhão de litros (1,2 bilhão de litros de álcool hidratado e 700 milhões de litros de álcool anidro), causando preocupações quanto à capacidade de tancagem das destilarias.

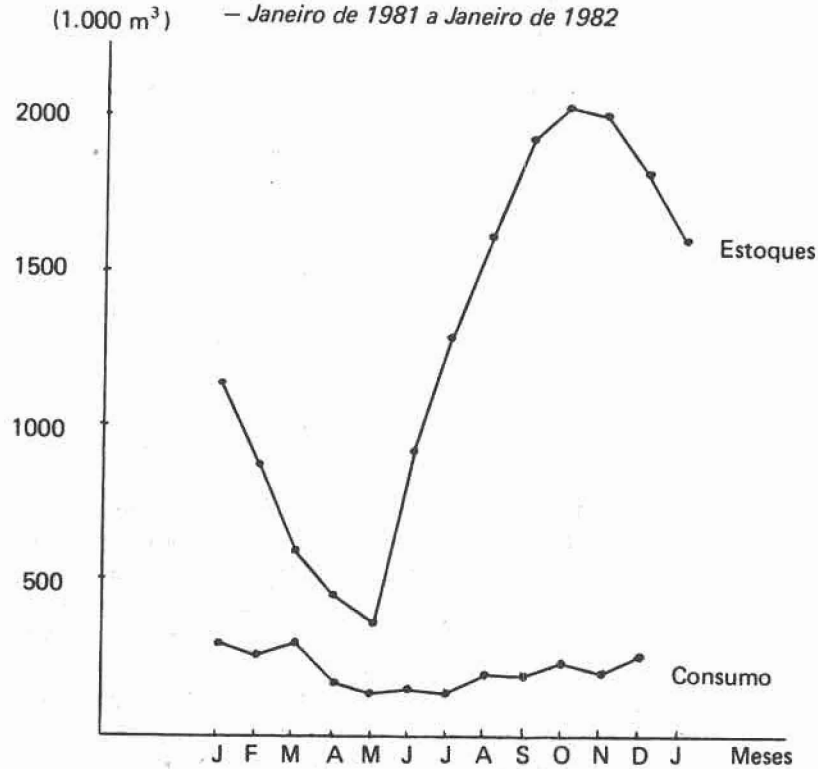
A última posição, de 15/02/1982, demonstra um declínio nos estoques de álcool, para 1,48 bilhão de litros, com 434 milhões de litros de álcool anidro e 1,046 bilhão de litros de álcool hidratado.

A formação de estoques tão elevados nesta safra aparece como resultado de um conjunto de distorções por que passa o Programa do Álcool. A principal delas é, sem qualquer dúvida, a desconfiança por parte de seu mercado consumidor. As causas de tal descrédito são muitas, entre as quais destacam-se o rendimento abaixo dos padrões anunciados, por parte da maioria dos automóveis movidos a álcool, as ameaças ocorridas no início de 1981, de uma possível falta do produto nos postos e a não-manutenção de um diferencial fixo entre o preço do álcool e o da gasolina.

Todos esses fatores contribuíram para reduzir drasticamente as ven-

GRÁFICO 1

BRASIL: Estoques de Álcool e Consumo de Álcool Carburante — Janeiro de 1981 a Janeiro de 1982



FONTE: Estoques: IAA; Consumo: CNP.

das de automóveis a álcool. Em janeiro último, conforme divulgação da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as vendas foram de apenas três mil e oitocentas unidades, o que, se considerada a meta de produção, entre 150 e 180 mil veículos a álcool para este ano, é um dado preocupante.

Diante destas dificuldades, surge a necessidade da busca de alternativas para o revigoramento da demanda pelo produto. Entre as reivindicações apresentadas pelo setor produtor destacam-se:

a) um aprimoramento na qualidade técnica do motor do automóvel a álcool, buscando a garantia de um melhor rendimento desses veículos;

b) uma fiscalização mais rigorosa das bombas de postos de gasolina, com o objetivo de se evitar a adulteração do álcool;

c) a obrigatoriedade de conversão das frotas oficiais para motores a álcool;

d) um aumento na adição de álcool anidro à gasolina, de 15% para 25%.

MERCADO EXTERNO:

A produção mundial de açúcar, na safra 1981/82, deverá superar o consumo em 4,4 milhões de toneladas, de acordo com a segunda estimativa da corretora alemã F.O. Licht, divulgada no final de janeiro. Assim, com uma produção prevista em 95,431 milhões de toneladas, observa-se um acréscimo de 8% sobre o resultado obtido na safra passada. Ao mesmo tempo, o consumo deve ter um crescimento em torno de 3%, atingindo um volume de 91,015 milhões de toneladas.

Os estoques finais, previstos pela corretora, de 29,315 milhões de toneladas excedem em aproximadamente 18% o total registrado no ano passado, elevando a relação estoques/consumo para 32,21%.

Estas estimativas caracterizam uma situação de folga de oferta, o que vem contribuindo decisivamente para deprimir os preços do mercado do produto. Observando-se o Gráfico 2, verifica-se que o preço calculado pela Organização Internacional do Açúcar apresentou uma tendência acentuadamente declinante, durante o primeiro semestre do ano passado. A partir de setembro, os preços estabilizaram-se em torno de uma faixa de US¢ 11 a US¢ 13/lb-peso, atingindo o seu patamar mais baixo dos últimos dois anos.

Nos momentos de quedas mais bruscas dos preços, como a ocorrida no final de 1980, fatores externos ao mercado contribuíram ponderavelmente para a sua instabilidade. Assim, o aumento da taxa de juros em nível internacional provocou um vigoroso movimento de liquidação de contratos futuros. Da mesma maneira, a flutuação dos preços do ouro e dos metais preciosos contribuiu para a instabilidade do mercado, naquele período.

Atualmente, contudo, a causa principal do declínio das cotações está vinculada ao excesso de oferta do produto, sem um crescimento correspondente na demanda. A safra recorde da Comunidade Econômica Européia, de 15,8 milhões de toneladas, bem como a recuperação da produção de alguns tradicionais exportadores, como Cuba e Índia, e o bom desempenho da safra norte-americana, provocaram forte pressão sobre uma demanda inelástica e ainda sob os efeitos de uma conjuntura mundial recessiva.

A produção de açúcar de beterraba da Comunidade apresentou nessa safra um crescimento de 21%, em relação ao período 1980/81. Com um consumo interno de 11 milhões de toneladas, a CEE deverá dispor de um excedente exportável aproximado de 5 milhões de toneladas, o que, evidentemente, gera forte pressão baixista sobre os preços. Por esse motivo, os europeus pretendem estocar 2 milhões de toneladas, aguardando os resultados da sua próxima safra. Para o período 1982/83, considera-se provável uma redução em 7% da área plantada de beterraba, o que poderia restringir a produção da CEE em até 12 milhões de toneladas. Entretanto, alguns observadores, mesmo admitindo aquela diminuição da área, argumentam que ela incidiria sobre áreas marginais, de menor ren-

dimento, não refletindo substancialmente sobre a produção.

A safra cubana, estimada em 7,4 milhões de toneladas, apresentou, neste ano, evidentes sinais de recuperação do problema da "ferrugem", que atacou seus canaviais no ano anterior. Por outro lado, espera-se um aumento na área plantada de cana daquele país de cerca de 400 mil ha, em função da meta de produção de 10 milhões de toneladas, para 1985.

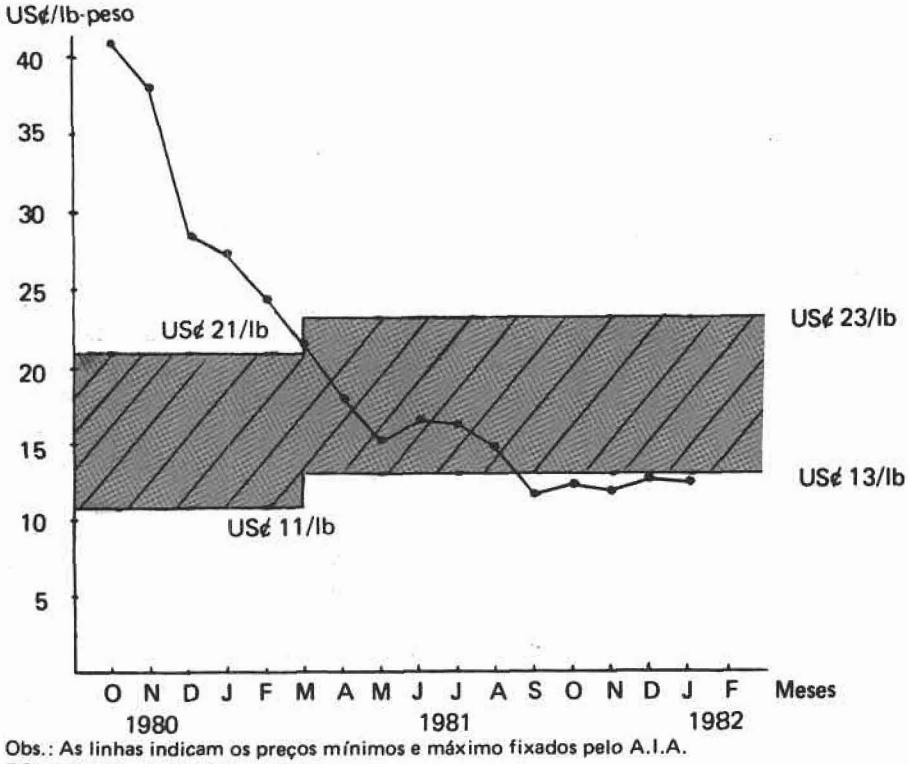
A Índia, outro importante produtor, deverá produzir 7 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 25% a mais do que o obtido na safra passada.

Um outro fator que vem influenciando depressivamente o mercado açucareiro é a política protecionista adotada pelos EUA. A recente medida que concede um preço-suporte de US¢ 17/libra-peso (como garantia para a produção interna) e estabelece uma tarifa alfandegária de US¢ 5/libra-peso para a importação do açúcar, estimulará o crescimento da produção açucareira norte-americana. Os resultados dessa política não serão sentidos imediatamente, devendo o aumento mais significativo da área de plantio ocorrer no próximo ano. Como o consumo não pode ser reduzido em curto espaço de tempo, o mais provável é que se intensifique o processo de substituição do açúcar pela frutose de milho, na medida que o programa protecionista norte-americano reestabelece condições competitivas para este sucedâneo.

Diante deste quadro desfavorável à recuperação dos preços, o Acordo Internacional do Açúcar mostra-se pouco efetivo, enquanto instrumento capaz de regular o mercado. Embora os países membros do Acordo tenham rejeitado a possibilidade de renegociação de certas cláusulas do convênio, estendendo-o na íntegra por mais dois anos, o pacto tem demonstrado sua incapacidade de manter os preços do açúcar dentro dos parâmetros por ele fixados, de US¢ 23 e US¢ 13/libra-peso.

GRÁFICO 2

MERCADO INTERNACIONAL: Preços do Acordo Internacional do Açúcar – Outubro de 1980 a Fevereiro de 1982 – US¢/libra-peso



Obs.: As linhas indicam os preços mínimos e máximo fixados pelo A.I.A.
FONTE: ISO - Statistical Bulletin.

Em março do ano passado, a média das cotações internacionais caiu abaixo do limite superior de preço do AIA. Naquela oportunidade, foram acionados os mecanismos de estabilização do mercado, reduzindo-se as quotas de exportação do produto até o mínimo permitido. Entretanto, esta medida não surtiu efeito, mantendo-se a tendência declinante dos preços.

A partir de setembro passado, o preço internacional do açúcar colocou-se abaixo do limite inferior fixado pela OIA (ver Gráfico 2). Sem dúvida alguma, a ausência da CEE entre os membros do Acordo, é o fator decisivo para sua ineficácia enquanto instrumento regulador do mercado. A superação deste impasse parece ser bastante remota, na medida que se conserva forte resistência, no interior da Comunidade Européia, à aceitação das atuais cláusulas do Acordo.

As perspectivas de recuperação dos preços limitam-se, desta forma, à possibilidade de ocorrência de eventuais quebras nas safras dos grandes produtores. Neste sentido, as notícias de vultosas perdas na safra da URSS, provocadas por condições climáticas adversas, vêm contribuindo nas últimas semanas, para uma pequena retomada do mercado. Embora não sendo ainda oficialmente conhecida a quebra da safra soviética, estima-se uma produção de 6,1 milhões de t, ou seja, aproximadamente 15% inferior à obtida na safra 1980/81. Caso confirmada esta previsão, a URSS necessitará acrescer as importações em mais de 1 milhão de toneladas. Este fato significaria um novo alento para o mercado, muito embora deva-se considerar que Cuba, o principal fornecedor de açúcar dos soviéticos, deverá ter uma elevação em sua produção, capitalizando a maior parte das necessidades adicionais daquele país.

Outro fator que poderia ter grande significação para a recuperação do mercado seria a reorientação da política de subsídios da CEE. Apesar de ainda não se terem esboçado medidas concretas nesta direção, acredita-se que a Comunidade não poderá manter indefinidamente o atual nível de subsídios que concede aos seus produtores, em face da elevada gravosidade de suas exportações.

As previsões quanto ao preço do açúcar para os próximos meses não indicam uma grande variação. O mais provável é que, até o encerramento do primeiro semestre, os preços mantenham-se em uma faixa entre US¢ 12 e US¢ 16/lb-peso. Somente com as primeiras informações sobre a safra 1982/83, na segunda metade deste ano, as cotações poderão reagir mais firmemente ao ciclo baixista que o mercado ora atravessa.

Em 1981, o Brasil obteve US$ 1,05 bilhão de dólares com a exportação de 2,67 milhões de toneladas de açúcar. Com um preço médio de 376 dólares por tonelada de açúcar exportado (contra US$ 372 por tonelada, preço médio anual calculado pela OIA), o país conseguiu realizar uma bem sucedida política de exportações, em uma difícil conjuntura do mercado açucareiro. O sucesso desta política deveu-se em grande parte aos contratos de longo prazo assinados pelo Brasil com países exportadores de petróleo. Como os preços baixaram no decorrer do ano, o país obteve vantagens, ao realizar negócios a preços superiores àqueles que vigoravam no mercado.

Acrescente-se à receita obtida com as vendas de açúcar, o valor de US$ 126,6 milhões referentes à exportação de 143,8 milhões de litros de álcool e de 585,8 mil toneladas de melaço. A exportação destes dois produtos foi fraca, se comparada ao realizado nos últimos anos. As vendas de melaço não chegaram a 20% do volume transacionado em 1980, em virtude da queda, em torno de 50%, das cotações daquele produto no mercado externo, o que levou os produtores a optarem por sua transformação em álcool.

As perspectivas quanto às exportações brasileiras para este ano apontam para um resultado mais modesto do que aquele atingido no ano passado. Com a fixação pela OIA da nova quota de exportação brasileira em

3,3 milhões de toneladas*, amplia-se o mercado externo para o país. Entretanto, os efeitos das recentes medidas protecionistas dos Estados Unidos não devem ser desconsiderados, pois o mercado norte-americano responde por 30% das compras do açúcar exportado pelo Brasil. Os entraves comerciais estabelecidos pela nova legislação daquele país, obrigarão a um redobrado esforço brasileiro na busca de novos mercados.

PECUÁRIA DE CORTE

1982: novo "vale" no ciclo pecuário?

Dentro do quadro geral da economia brasileira, a pecuária de corte é um dos setores que mais fortemente vem recebendo os impactos negativos do atual período recessivo. Na realidade, o setor encontra-se espremido entre dois pólos da atividade econômica. De um lado, uma grande oferta de bois prontos para o abate, e, de outro, um consumo fortemente reprimido, que impede uma remuneração correta da atividade criatória.

O preço da arroba do boi gordo, que atingira Cr$ 5.552,00(*) em setembro de 1979, encontra-se hoje estagnado em torno de Cr$ 2.300,00, sem perspectivas de melhoria no curto prazo. Isto, não só pelo fato de que o mercado interno não tem condições de absorver maiores quantidades, se os preços se elevarem, mas, também, pela existência de uma competição mais acirrada da avicultura, cuja capacidade de produção, em termos estruturais, encontra-se comprimida na atualidade, podendo, por isso mesmo, aumentar a oferta, caso suas cotações, que acompanham as da carne bovina, tornem-se mais atraentes.

Uma saída, que seria o mercado internacional, atravessa também uma conjuntura adversa, com excesso de oferta por parte de países tradicionalmente exportadores e demanda reprimida nos países importadores. Com todo o empenho desenvolvido pelo governo, as exportações, que atingiram, em 1981, um volume de 262 mil t, em equivalente-carcaça (valor: US$ 417,3 milhões) revelam um expressivo avanço na conquista do mercado internacional. Essa quantidade, contudo, ficou aquém do compromisso assumido pelo setor com o governo, tanto em volume (300 mil t) como em divisas (US$ 600 milhões). Representou, porém, cerca de 12% da produção nacional em 1981, estimada em 2,25 milhões de t.

Para o ano de 1982, a repetir-se o mesmo desempenho, a absorção do mercado internacional não representará um alívio de maior significação no plano interno, uma vez que, neste último, é esperado um aumento de produção da ordem de 9%, atingindo-se 2,45 milhões de t de carne bovina.

Devido ao fato de a performance de 1981 ter ficado aquém do acordo feito com o governo, há indícios de que, para 1982, serão feitas alterações na sistemática do processo, com o governo estabelecendo quotas diretas com as empresas, ao invés de ter um compromisso global com a representação do setor. Contudo, relatório recente do GATT esclarece que o mercado internacional não será mais receptivo do que no ano anterior.

Em relação aos abates, os dados globais relativos a 1981, refletem realmente uma consolidação da tendência de intensificação na matança de fêmeas, significando uma reversão no ciclo da pecuária bovina, no que se refere ao crescimento numérico do rebanho.

A situação mais grave apresentou-se em Goiás, onde o percentual de fêmeas abatidas atingiu 48,7%, em 1981. A exceção é constituída pelo Rio Grande do Sul, estado que apesar da sua importância no setor e da retórica da liderança regional, não registrou nenhuma diferença no abate de fêmeas em 1981, comparativamente

* De acordo com as normas do AIA, as quotas de exportação sofrem uma redução de 15% enquanto o preço médio calculado pela OIA estiver abaixo de US¢ 13/lb-peso. Neste sentido, a quota real brasileira passa a ser de 2,8 milhões de toneladas.

(*) Em cruzeiros de fevereiro de 1982.